

**INTERVENÇÃO ORAL NO ÂMBITO DA CONFERÊNCIA DO C.E.J. SOBRE
ARRENDAMENTO URBANO DE 14 DE ABRIL DE 2016
Efectivação da cessão do contrato de arrendamento e a cobrança das
rendas**

SUMÁRIO

1. A OBRIGAÇÃO DO LOCATÁRIO

- a) A OBRIGAÇÃO DE PAGAR A RENDA - o art.1038º, a) do C.C.;

2. CONSEQUÊNCIAS DA MORA DO ARRENDATÁRIO

- a) No direito substantivo e processual;
b) A comunicação à contraparte – art. 1084º, 1 do C.C.;
c) A acção de despejo;
d) Acção executiva – o art. 15º do N.R.A.U.;
e) O Procedimento Especial de Despejo;

**3. A REVOGAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO BILATERAL
COM A CONFISSÃO DE DÍVIDA DE RENDAS**

- a) No anterior Código de Processo Civil;
b) No actual Código de Processo Civil

4. A POSIÇÃO DO SENHORIO RELATIVAMENTE AO FIADOR

- a) O título executivo contra o fiador;
b) A Injunção;
c) Documento de confissão de dívida - o art. 703º do C.P.C.

BIBLIOGRAFIA

- 1 – Arrendamento Urbano – Prof. Luís Menezes Leitão, Ed. Almedina;
2 - A Nova Disciplina do Arrendamento Urbano – Prof. Maria Olinda Garcia -
2ª Ed. Coimbra Editora;
4 – Rui Pinto “O Novo Regime Processual do Despejo” – Coimbra Editora

JURISPRUDÊNCIA

- 1 – Acórdão do S.T.J. de 26.11. 2014 – Proc. nº 1442 / 12.4 TCLRS- B. L1;
 - 2 – Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 24.04.2014 – Proc. n º 1562 / 14.0 T2 A GD. P 1;
 - 3 – Ac. do S.T.J. de 13.10.2015 – Proc. nº 438 / 08.5 YXLSB. LS. S1;
 - 4 – Ac. da Relação de Guimarães de 25.10.2012 – Proc. nº 481 / 11.7 TBCM.N. G1
- todos in www.dgsi.pt/jstj

António Marques Baptista